

RELATÓRIO

“Curso de Jornalismo Investigativo: capacitação para organizações e ativistas locais”

Por Nicholas Shores e Aline Soares

O Curso de Jornalismo Investigativo para ativistas e organizações locais de combate à corrupção - também participaram alguns jornalistas e estudantes dessa área -, contou, em sua Abertura, com a presença do diretor da KAS Brasil, Felix Dane, o presidente executivo da Amarribo Brasil, Leo Torresan, e pela diretora de Desenvolvimento Institucional da mesma organização, Nicole Verillo. O curso também contou com a parceria das organizações Abraji, Artigo 19, Escola de Dados e Open Knowledge Brasil.



A primeira mesa “Regras básicas de uma grande reportagem” foi apresentada pela repórter especial do jornal “O Estado de S. Paulo” para a área internacional e cobertura de guerras, Adriana Carranca. Ela contrapôs ao jornalismo diário e imediatista predominante nos veículos da grande imprensa a produção de reportagens extraordinárias, que requerem um tempo de investigação e apuração que pode adentrar a escala dos anos.



Exemplos de tais casos, de acordo com Carranca, podem ser encontrados no jornalismo literário de profissionais do calibre de Gay Talese, autor do mais famoso perfil escrito sobre Frank Sinatra, e João Moreira Salles, criador da revista "Piauí". Com menções também a seus próprios textos, entre outros sobre conflitos na África e no Oriente Médio, a repórter do "Estadão" procurou evidenciar aos espectadores como grandes histórias podem ser contadas por meio do inusitado e a importância de um processo de apuração denso e minucioso. Carranca se pronunciou, ainda, sobre os riscos da profissão e dos envolvidos em reportagens deste tipo. "No jornalismo 'comum', o jornalista tem que confiar na fonte; no jornalismo investigativo, a fonte tem que confiar no jornalista", disse.



Em seguida, entrou em cena Marina Atoji, gerente-executiva na Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), que procurou tornar a linguagem técnica empregada na Lei de Acesso à Informação - um recurso importantíssimo na fiscalização de qualquer esfera do poder público - mais simples para os participantes. Explicou, também, como protocolar pedidos formais de dados e como cobrar de um órgão público a correção no atendimento a esse tipo de requisição, apresentando exemplares de respostas negativas, que feriam a legislação, a solicitações de membros da Abraji.



O segundo dia do curso foi aberto por Renato Levi, doutor em Comunicação pela USP, professor da mesma universidade e também da PUC-SP, que palestrou sobre videojornalismo. Levi se aproveitou dos recursos audiovisuais no auditório para dar exemplos de enquadramentos de câmera alternativos aos padrões clássicos de telejornalismo e elucidar também técnicas de narrativa em vídeo, que podem ser empregadas para unir informação à emoção. Com diferentes filmagens com participação de Marcelo Tas e Eduardo Coutinho, o acadêmico buscou retratar o papel do entrevistador em deixar o entrevistado à vontade e tirar dele depoimentos, expressões, histórias espontâneas e surpreendentes.



Camila Marques, da organização Artigo 19 (uma referência ao artigo da Declaração Universal de Direitos Humanos que prevê o direito de acesso à informação), ministrou, na sequência, a palestra "Fui processado. O que faço?", apostando na interação com os participantes para contrastar a percepção destes sobre as principais motivações de processos judiciais contra agentes envolvidos em denúncias de corrupção com os reais motivos com os quais blogueiros, ativistas digitais, jornalistas e internautas são confrontados. O objetivo foi apresentar aos espectadores como buscar a ajuda de advogados e quais argumentos podem ser usados em sua defesa. Foi uma ocasião propícia para os ativistas convidados compartilharem suas próprias experiências em seus locais de atuação, que vão de processos judiciais a ameaças de morte por parte de políticos ímprobos.



O curso também contou com uma oficina sobre a cobertura jornalística de um órgão legislativo municipal, conduzida por Natália Peixoto, do portal UOL. A jornalista, encarregada do acompanhamento dos vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, afirmou que a colaboração com os demais setoristas da imprensa frequentadores da casa, com funcionários de suporte e com assessores dos diversos parlamentares e comissões é essencial para que não se percam resoluções votadas com proposital

discrição. O conhecimento do regimento interno do legislativo local também é de extrema utilidade para a compreensão da efetividade de votações e demais atividades parlamentares.



Fechando a série de palestras, Everton Alvarenga e Marco Túlio Pires, da fundação Open Knowledge Brasil, adentraram minúcias do conceito “dados abertos” e quais critérios devem ser respeitados por órgãos públicos para se enquadrarem nessa classificação. Foi uma oportunidade para os participantes aprenderem a filtrar, analisar e limpar dados em programas de planilhas, processo realizado de maneira interativa e colaborativa com os palestrantes.